



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Av. Dez de Abril, 390 - Centro - Cx.P. 56 - 29730-000 - (27) 3732-1117

CNPJ: 27.500.412/0001-47 - Inscrição Est: Isento

BAIXO GUANDU-ESPÍRITO SANTO

Autarquia Municipal - Lei: 85/52

Email - compras@saaebgu.es.gov.br

Site - www.saaebgu.es.gov.br

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 023/2021

(Contrato de Programa para o Exercício de Atividade Regulatória)

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo (CISABES)

Pelo presente, de um lado, diante do disposto no art. 31, I do Decreto Federal nº 7.217, de 2010, no art. 2º, *caput*, IX do Decreto Federal nº 6.017, de 2007, no art. 2º, §1º, III e no art. 13, *caput*, ambos da Lei Federal nº 11.107, de 2005, no art. 30 do Decreto Federal nº 6.017, de 2007, e na Cláusula Quadragésima do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo (CISABES), devidamente inserido no ordenamento jurídico do Município de Baixo Guandu por força da Lei Municipal nº 2.974 de 16 de julho de 2018, e considerando a necessidade de formalização de Contrato de Programa para que sejam estabelecidas obrigações recíprocas para a gestão associada de serviços públicos, nos termos do art. 13, *caput*, da Lei Federal nº 11.107, de 2005, e considerando ainda que, nos termos do art. 2º, *caput*, inciso IX do Decreto Federal nº 6.017, de 2007, as atividades de regulação estão inseridas no conceito de gestão associada de serviços públicos, o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE** - autarquia municipal, inscrita no CNPJ nº. 27.500.412/0001-47, com sede na Av. Dez de Abril, 390, Centro, Baixo Guandu-ES, CEP: 29730-000, representado, neste ato, representado por seu Diretor **MILITINO NUNES SOUZA SILVA**, brasileiro, casado, diretor geral do SAAE-BGU/ES, inscrito no CPF nº. 017.141.167-60, portador do RG nº. 1422696-SSP-ES, residente na Rua Dom Pedro II, s/nº, Alto Guandu, Baixo Guandu-ES, CEP: 29730-000, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado pelo representante ao final assinado e qualificado, e, de outro lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESPÍRITO SANTO (CISABES)**, Consórcio Público de Direito Público inscrito no CNPJ do MF sob o nº 14.934.498/0001-74, com personalidade de direito público, com sede na Rua Afonso Linhalis, 133, Bairro Marista, no Município de Colatina, Estado do Espírito Santo, neste ato representado por seu representante ao final assinado, doravante denominado **Consórcio Contratado**, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666, de 1993, à Lei Federal nº 11.107, de 2005, à Lei Federal nº 11.445, de 2007, e ao Contrato de Consórcio Público, o que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Contrato de Programa tem por objetivo o estabelecimento de obrigações entre o Contratante e o Consórcio Contratado para que este exerça, em proveito e em nome do Contratante, e conforme as diretrizes previamente definidas, as atividades de regulação dos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto no âmbito da área do Município de Baixo Guandu.

§1º A vigência deste Contrato de Programa ficará adstrita à permanência do Contratante no CISABES.

Qualidade da água, qualidade de vida.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Av. Dez de Abril, 390 - Centro - Cx.P. 56 - 29730-000 - (27) 3732-1117

CNPJ: 27.500.412/0001-47 - Inscrição Est: Isento

BAIXO GUANDU-ESPÍRITO SANTO

Autarquia Municipal - Lei: 85/52

Email - compras@saaebgu.es.gov.br

Site - www.saaebgu.es.gov.br

§2º Salvo alterações nas condições previstas no §1º, este Contrato de Programa vigorará por 10 (dez) anos contados da data de sua assinatura.

§3º As atividades de regulação serão desenvolvidas pelo Consórcio Contratado conforme definidas em seu Estatuto Social e demais resoluções internas, bem como de acordo com as normas de referência editadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

§4º Por meio deste, o Contratante fica sujeito a todas as disposições do Contrato de Programa, inclusive no que tange às obrigações financeiras, haja vista sua condição de prestador dos serviços de água e esgoto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DIRETRIZES PARA A REGULAÇÃO

Ficam pactuadas e estabelecidas as seguintes diretrizes para o exercício das atividades de regulação, sem prejuízo de outras detalhadas e especificadas no Contrato de Consórcio Público, Estatuto Social e demais atos normativos editados pelo Consórcio Contratado por meio de sua Assembleia Geral ou outros órgãos de regulação:

I – para o Consórcio Contratado:

- a) funcionamento efetivo de seus órgãos internos de regulação, observadas suas normas internas;
- b) atuação em estrita observância à transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade em suas decisões;
- c) estabelecer padrões e normas para a adequada prestação e a expansão da qualidade dos serviços e para a satisfação dos usuários, com observação das normas de referência editadas pela ANA;
- d) garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas para a prestação de serviços e nos planos municipais;
- e) prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência;
- f) definir tarifas que assegurem o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços e/ou dos contratos quanto à modicidade tarifária, por mecanismos que gerem **eficiência e eficácia dos serviços e que permitam o compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários**;
- g) edição de normas sobre os direitos e obrigações dos usuários e prestadores, ouvidos os órgãos internos de regulação, bem como sobre as penalidades a que estarão sujeitos e respectiva aplicação, em sendo o caso, as quais constarão em atos normativos próprios;
- h) edição de normas sobre as dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, observadas as diretrizes determinadas pela ANA, as quais abrangerão os seguintes aspectos:
 - 1) padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;
 - 2) prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços;
 - 3) requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
 - 4) metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e respectivos prazos;
 - 5) criação de tarifas, regime, estrutura e níveis tarifários;

- 6) procedimentos e prazos para reajuste e revisão de tarifas;
 - 7) medição, faturamento e cobrança de serviços;
 - 8) monitoramento dos custos;
 - 9) avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
 - 10) plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;
 - 11) subsídios tarifários e não tarifários;
 - 12) padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;
 - 13) medidas de segurança, de contingência e de emergência, inclusive quanto a racionamento;
 - 14) procedimentos de fiscalização e de aplicação de sanções definidas por si e na legislação do titular; e
 - 15) diretrizes para a redução progressiva e controle das perdas de água;
- II – para o Contratante:
- a) promover todas as condições para que a regulação seja exercida em sua plenitude;
 - b) privilegiar a transparéncia e controle social em todas as etapas de prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgoto, incluindo planejamento, controle, execução e fiscalização;
 - c) divulgação ampla e irrestrita da disponibilização das atividades de regulação por todos os meios possíveis, físicos ou eletrônicos;
 - d) prestar todas as informações solicitadas por parte do Consórcio Contratado acerca da prestação dos serviços propriamente dita e demais dados que este julgar pertinentes;
 - e) observar e cumprir as diretrizes estabelecidas em decorrência da atividade regulatória, ficando assegurada sua necessária participação e consulta nos assuntos que envolverem seus interesses e na prestação dos serviços especificamente; e
 - f) promover o pagamento do Preço de Regulação, conforme previsto neste contrato.

§1º O Consórcio Contratado, por meio de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, deverá instituir regras e critérios de estruturação de sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir que a apropriação e a distribuição de custos dos serviços estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei no Federal nº 11.445/07.

§2º No que tange aos procedimentos e critérios para a atuação do Consórcio Contratado em suas atividades de regulação e de fiscalização, o Contratante reconhece, referenda e acata todas as deliberações regulatórias e fiscalizatórias devidamente aprovadas em Assembleia Geral do Consórcio Contratado e/ou pelos órgãos internos de regulação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços referentes à regulação serão prestados conforme as diretrizes estabelecidas no Estatuto Social e demais resoluções e instrumentos normativos oriundos do Consórcio Contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO DE REGULAÇÃO (“PR”)

Fica criado o Preço de Regulação (PR), com a finalidade de promover o adequado custeio e sustentabilidade das atividades regulatórias a serem desenvolvidas pelo Contratado,

ficando desde já autorizada, pelo órgão regulador, a inclusão desse preço nas faturas de água e esgoto do Contratante caso este assim o deseje.

§1º Os valores auferidos por meio do PR serão revistos sempre quando houver necessidade, observando-se a adequada sustentabilidade das atividades regulatórias e a modicidade, de modo que poderá haver revisões para valores maiores ou menores além ou aquém dos percentuais acumulados da inflação, dependendo das ações regulatórias planejadas e desenvolvidas e da execução financeira.

§2º Até que seja feita a revisão, a qual deverá ser discutida e aprovada em Assembleia Geral, fica fixado o valor de R\$ 0,15 (quinze centavos de real) por ligação de água a título de PR, o qual será recolhido todo o dia 10 (dez) de cada mês pelo Contratante ao Contratado.

§3º Para efeitos de recolhimento do PR, fica definido que o número de ligações de água levado em consideração será o número de ligações de água ativas referente ao mês de julho imediatamente disponível, devidamente informado pelo Contratante ao Contratado, o qual valerá, para efeitos de cálculo, até o próximo número de ligações regularmente informado.

§4º O PR poderá ser devidamente identificado nas faturas de água e esgoto dos usuários do contratante como “Preço de Regulação”.

§5º Além das revisões efetivas do PR, este poderá ser atualizado monetariamente, a cada período de 12 (doze) meses, por simples resolução da Diretoria Executiva do Contratado, por meio da aplicação de índice inflacionário acumulado.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PROCEDIMENTOS DE TRANSPARÊNCIA

Além dos canais de comunicação diretos da população com o Consórcio Contratado, fica garantida a transparência da gestão econômica, financeira e administrativa dos serviços de saneamento de abastecimento de água e de coleta de esgoto no Contratante da seguinte forma:

I – acesso irrestrito a todas as informações econômicas, financeiras e administrativas do Contratante, por meio de documentos disponibilizados mediante requerimento ou por meio de **sítios na internet**, bem como por todos os outros meios de divulgação possíveis;

II – participação da população em audiências públicas relacionadas ao saneamento.

Parágrafo único. Aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços deverá ser assegurada publicidade, deles podendo ter acesso qualquer do povo, salvo os por prazo certo declarados como sigilosos por decisão fundamentada em interesse público relevante.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIZAÇÃO

O Presidente do Consórcio Contratado e/ou os demais membros da Diretoria não respondem, pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato de Programa.

Parágrafo único. O disposto nesta cláusula não se aplica aos atos praticados em desconformidade com a Lei, com o Contato de Consórcio Público e Estatuto Social do Consórcio Contratado.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Av. Dez de Abril, 390 - Centro - Cx.P. 56 - 29730-000 - (27) 3732-1117

CNPJ: 27.500.412/0001-47 - Inscrição Est: Isento

BAIXO GUANDU-ESPIRITO SANTO

Autarquia Municipal - Lei: 85/52

Email - compras@saaebgu.es.gov.br

Site - www.saaebgu.es.gov.br

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ADITAMENTO

Este Contrato de Programa poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedada, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto, sendo passíveis de alteração somente as demais condições.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Contrato de Programa poderá ser rescindido por:

- I – descumprimento de qualquer das metas para consecução do objeto ou desatendimento, por qualquer das partes, ao disposto nas resoluções regulatórias do Consórcio;
- II – superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexequível; e
- III – desatendimento, por parte do Consórcio Contratado, às normas de referência da ANA.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência, salvo fato superveniente, até o dia 31/12/2024, podendo ser prorrogado através de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

Fica definido que a íntegra deste Contrato de Programa ficará disponível, para consulta, nos sítios da internet mantidos pelo Consórcio Contratado e pelo Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO E DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS

Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Colatina, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contrapropostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do Consórcio Contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas.

Baixo Guandu, 27 de julho de 2021.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESPÍRITO SANTO
Presidente - FERNANDO VIDEIRA LAFAYETTE

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Diretor Geral – MILITINO NUNES SOUZA SILVA

Qualidade da água, qualidade de vida.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Av. Dez de Abril, 390 - Centro - Cx.P. 56 - 29730-000 - (27) 3732-1117

CNPJ: 27.500.412/0001-47 - Inscrição Est: Isento

BAIXO GUANDU-ESPIRITO SANTO

Autarquia Municipal - Lei: 85/52

Email - compras@saaebgu.es.gov.br

Site - www.saaebgu.es.gov.br

Testemunha 1:

Nome: Dionisio Konrad Siquena

Qualificação: OF

Assinatura: [Signature]

Testemunha 2:

Nome: _____

Qualificação: _____

Assinatura: A

BAIXO GUANDU - ES

Qualidade da água, qualidade de vida.

[Signature]

1327.95 m/s

SFCWIN - Sistema de Faturamento e Cobrança							29/07/2021 13:37:31			
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO										
Relatório Técnico Mês: 06/2021 - Localidade: 00 - BAIXO GUANDU - Gravado Em: 01/07/2021 16:51:40 - Tipo de Gravação por: Geral										
1 - ÁGUA										
1.1 - Movimento de Ligações										
Existentes	: 011460	Funcionando	: 008853	Cortadas	: 002607					
Cortadas no Mês	: 000198	Ligadas no Mês	: 000012	Religadas no Mês	: 000169					
1.1.1 - LIGAÇÕES HIDROMETRADAS POR CATEGORIA										
Residencial	: 008619	Comercial	: 000762	Publica	: 000073	Industrial	: 000009	Obras		
Residencial	: 001064	Comercial	: 000747	Publica	: 000005	Industrial	: 000003	Obras		
1.1.2 - LIGAÇÕES NÃO-HIDROMETRADAS POR CATEGORIA										
Residencial	: 001064	Comercial	: 000747	Publica	: 000005	Industrial	: 000003	Obras		
1.2 - ECONOMIAS										
Existentes	: 012197	Funcionando	: 009536	Cortadas	: 002661					
1.2.1 - ECONOMIAS EXISTENTES POR CATEGORIA										
Residencial	: 010318	Comercial	: 001781	Publica	: 000080	Industrial	: 000017	Obras		
1.2.2 - ECONOMIAS FUNCIONANDO POR CATEGORIA										
Residencial	: 008528	Comercial	: 000923	Publica	: 000073	Industrial	: 000011	Obras		
1.3 - HIDRÔMETROS										
Funcionando	: 008829	Cortados	: 000808	Visitados	: 008846	Instalados	: 000077	Reparados		
Invertidos	: 000000									
1.4 - CONSUMO(m3)										
Estimado Não Hidrômetrado	: 0000545		Estimado Hidrômetrado	: 0047148	Real Hidrômetrado	: 0122970	Faturado	: 0170663		
2 - ESGOTO										
2.1 - Movimento de Ligações										
Existentes	: 010102	Funcionando	: 008058	Cortadas	: 002044					
2.1.1 - LIGAÇÕES HIDROMETRADAS POR CATEGORIA										
Residencial	: 007908	Comercial	: 000532	Publica	: 000058	Industrial	: 000007	Obras		
2.1.2 - LIGAÇÕES NÃO-HIDROMETRADAS POR CATEGORIA										
Residencial	: 000871	Comercial	: 000566	Publica	: 000005	Industrial	: 000001	Obras		
2.2 - ECONOMIAS										
Existentes	: 010728	Funcionando	: 008657	Cortadas	: 002071					
2.2.1 - ECONOMIAS EXISTENTES POR CATEGORIA										
Residencial	: 009309	Comercial	: 001342	Publica	: 000065	Industrial	: 000011	Obras		
2.2.2 - ECONOMIAS FUNCIONANDO POR CATEGORIA										
Residencial	: 007863	Comercial	: 000726	Publica	: 000058	Industrial	: 000009	Obras		
3 - LIXO										
3.1 - Movimento de Ligações										
Existentes	: 000000	Funcionando	: 000000	Cortadas	: 000000					



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Av. Dez de Abril, 390 - Centro - Cx.P. 56 - 29730-000 - (27) 3732-1117
CNPJ: 27.500.412/0001-47 - Inscrição Est: Isento
BAIXO GUANDU-ESPÍRITO SANTO
Autarquia Municipal - Lei: 85/52

Email - compras@saaebgu.es.gov.br
Site - www.saaebgu.es.gov.br

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 023/2021 (Contrato de Programa para o Exercício de Atividade Regulatória)

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo (CISABES)

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo (Cisabes)

OBJETO: Estabelecimento de obrigações entre o Contratante e o Contratado para que este exerça, em proveito e em nome do contratante, e conforme a colaboração e diretrizes definidas por este, as atividades de regulação dos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto prestados pelo SAAE.

VIGÊNCIA: até o dia 31/12/2024

VALOR: R\$ 0,15 (quinze centavos de real) por ligação de água a título de Preço Público de Regulação.

Baixo Guandu, 27 de julho de 2021.


CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESPÍRITO SANTO
Presidente FERNANDO VEIDEIRA LAFAYETTE


Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Diretor Geral – Militino Nunes Souza Silva